

Brasília, 27 de janeiro de 2011.

Ilmo. Sr.  
Ismael Gílio  
Especialista Setorial/FUMIN  
Banco Interamericano de Desenvolvimento  
SEN Q. 802 Conjunto "F" Lote 39  
70800-400 – Brasília-DF

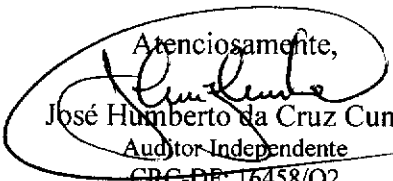
**Assunto:** Demonstrações Financeiras e Parecer de Auditoria - ATN/ME-10635-BR

Procedemos à auditoria final nas Demonstrações Financeiras do Programa Simplificação da Tramitação e dos Serviços de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Caetano do Sul, referente ao período de 23/10/2007 a 15/01/2012, executado pela Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul (SP) e, no que tange à legalidade das contas não identificamos situações que as ressalvam.

O trabalho considerou uma visita à unidade Atende Fácil nos dias 16 a 18 de janeiro de 2012.

Quanto aos resultados das ações executadas, a auditoria verificou a comprovação dos serviços de consultoria contratados para estudo da viabilidade proposto na carta convênio, assim como da efetivação dos serviços que não são de consultoria. O executor possui relatórios para cada indicador de resultado.

Anexos a esta carta estão o Relatório das Demonstrações Financeiras e os Parecer de Auditoria Independente sobre estas, Relatório de Cumprimento das Cláusulas Contratuais e Relatório sobre Sistema de Controle Interno, produtos da contratação deste trabalho.

Atenciosamente,  
  
José Humberto da Cruz Cunha  
Auditor Independente  
CRC-DF: 16458/O2

KID-RE051L (Arquivo) -07-fev-2012-10:14-029730-1/3

## **PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

**À:** Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul

**Programa:** Simplificação da Tramitação e dos Serviços de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Caetano do Sul

### **Relatório sobre as Demonstrações Financeiras**

Examinamos as Demonstrações Financeiras anexas da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, que compreendem a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração de Investimentos Acumulados para o período de 23/10/2007 a 15/01/2012, assim como o resumo das principais políticas contábeis e notas explicativas, correspondentes ao Programa Simplificação da Tramitação e dos Serviços de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Caetano do Sul, financiado com recursos do BID/Fumin, Cooperação Técnica Não-Reembolsável ATN/ME-10635-BR e do aporte local da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, sendo esta a executora.

### **Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras**

A administração do programa é responsável pela elaboração e apresentação confiável dessas Demonstrações Financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro e pelos controles internos que considerou como necessários para que essas demonstrações estejam livres de distorção relevante, causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade do Auditor**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Financeiras com base em nossa auditoria. Realizamos nossa auditoria de acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria, compatíveis com as Normas Internacionais de Auditoria e requerimentos específicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas Demonstrações Financeiras.

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas Demonstrações Financeiras, causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos adotados pela Entidade relevantes para a elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não com o propósito de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto. Consideramos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria.

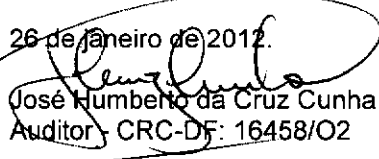
Tal como descrito nas Notas Explicativas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a de Investimentos Acumulados foram elaboradas sobre a base contábil de fundos (caixa), em conformidade com a Norma Internacional sobre relatório financeiro sobre a base contábil de fundos (caixa). A base contábil de fundos reconhece as transações e os fatos somente quando os recursos (incluindo o equivalente aos fundos) são recebidos ou pagos pela Entidade e não quando resultam, auferem ou se originam de direitos ou obrigações, ainda que não se tenha produzido uma movimentação de fundos (caixa).



## Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam razoavelmente, em todos os aspectos relevantes, os fluxos de caixa que compreendem os recursos recebidos e desembolsos efetuados e os investimentos acumulados para o período de 23/10/2007 a 15/01/2012 do Programa Simplificação da Tramitação e dos Serviços de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Caetano do Sul, de acordo com a norma contábil mencionada no parágrafo anterior e as políticas contábeis descritas nas Notas Explicativas.

26 de janeiro de 2012.

  
José Humberto da Cruz Cunha  
Auditor - CRC-DF: 16458/O2

Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul  
Programa Simplificação da Tramitação e dos Serviços de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Caetano do Sul  
COOPERAÇÃO TÉCNICA NÃO-REEMBOLSÁVEL nº ATN/ME-10635-BR


DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS BÁSICAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período: 23/10/2007 a 15/01/2012

Em US\$

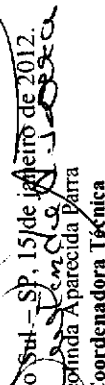
DESCRIÇÃO	ACUMULADO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO			AJUSTE(S) DE EXERCÍCIO(S) ANTERIO(R)ES			MOVIMENTO NO EXERCÍCIO			ACUMULADO EM 15/01/2012		
	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL
<b>RECURSOS RECEBIDOS</b>												
BID												
➢ Fundo Rotativo Desembolso										70.000,00		70.000,00
➢ Recomposição/Reembolso de Despesas/Pagamento Direto										612.423,71		612.423,71
<b>APORTE LOCAL</b>												
➢ Pref. Mun. São Caetano do Sul										8.915,86	787.619,52	787.619,52
➢ Rendimentos Aplicação Financeira										(350,37)		8.915,86
➢ Tarifas bancárias										(3.801,75)		(350,37)
➢ Perda cambial apurada												(3.801,75)
<b>TOTAL</b>										687.187,45	787.619,52	1.474.806,97
<b>DESEMBOLSOS EFETUADOS</b>												
BID												
➢ Solicitação de Desembolso										612.423,71		612.423,71
➢ Fundos utilizados pendentes de justificativa										58.123,47		58.123,47
➢ Fundos devolvidos, mas ainda não registrados no BID										11.876,53	279,33	12.155,86
<b>APORTE LOCAL</b>												
➢ Pref. Mun. São Caetano do Sul											787.619,52	787.619,52
➢ Despesas a regularizar											4.484,41	4.484,41
<b>TOTAL</b>										682.423,71	792.383,26	1.474.806,97
<b>SALDO DISPONÍVEL</b>												
BID												
LOCAL										4.763,74		4.763,74
<b>TOTAL</b>										4.763,74	(4.763,74)	(4.763,74)

São Caetano do Sul - SP, 15 de janeiro de 2012.  
  
 Daniela Aparecida Pádua  
 Coordenadora Técnica

Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul  
Programa Simplificação da Tramitação e dos Serviços de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Caetano do Sul  
COOPERAÇÃO TÉCNICA NÃO-REEMBOLSÁVEL nº ATN/ME-10635-BR

DEMONSTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS ACUMULADOS  
Período: 23/10/2007 a 15/01/2012

CATEGORIAS DE INVERSÃO	ORÇAMENTO VIGENTE			DESEMBOLSOS ACUMULADOS		
	EM 15/01/2012		TOTAL	EM 15/01/2012		TOTAL
	BID	LOCAL		BID	LOCAL	
1-Estruturação Atende Fácil	62.000,00	590.600,00	652.600,00	61.423,21	604.669,57	666.092,78
2- Implantação Atende Fácil	91.950,00	45.000,00	136.950,00	83.027,61	45.014,59	128.042,20
3- Promoção da Competitividade	253.025,00	80.050,00	333.075,00	252.860,40	80.637,00	333.497,40
4- Desenvol. Econômico Empresarial	196.525,00	15.000,00	211.525,00	195.537,19	15.460,73	210.997,92
5- Disseminação e Divulgação	50.700,00	18.700,00	69.400,00	47.123,64	16.337,63	63.461,27
6- Administração e Gestão	32.100,00	38.100,00	70.200,00	30.575,13	25.500,00	56.075,13
<b>TOTAL</b>	<b>686.300,00</b>	<b>787.450,00</b>	<b>1.473.750,00</b>	<b>670.547,18</b>	<b>787.619,52</b>	<b>1.458.166,70</b>
<b>Porcentagens</b>	<b>46,57%</b>	<b>53,43%</b>	<b>100,00%</b>	<b>45,99%</b>	<b>54,01%</b>	<b>100,00%</b>

São Caetano do Sul - SP, 15 de Janeiro de 2012.  
  
 Depinda Aparecida Parra  
 Coordenadora Técnica

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PROGRAMA

Para fins de ilustração, apresentam-se os assuntos comumente abordados nas notas às demonstrações financeiras, sem que a mesma constitua uma relação exaustiva ou implique que seja aplicável em todos os casos, porém indispensável para entendimento das Demonstrações Financeiras Básicas:

### 1. Descrição do Programa

O Objetivo Geral do Projeto é contribuir para a criação de uma Unidade de Atendimento Integrada para o setor empresarial, denominado "Espaço Empresarial", que promova a formalização, o acesso ao mercado e novas oportunidades de negócios e o fortalecimento das redes de comercialização das Micro e Pequenas Empresas de São Caetano do Sul.

O orçamento inicial do programa é de US\$ 1.473.750, dos quais US\$686.300 são de aporte do BID/Fumin, e US\$787.450 de contrapartida local.

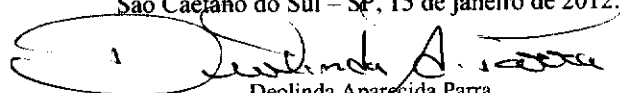
O programa possui 21 indicadores. Destes, 11 foram cumpridos satisfatoriamente, e 6 foram cumpridos de forma a exceder as expectativas. Somente 4 não foram cumpridos, sendo que todos foram de alguma maneira positivamente impactados. Os indicadores de propósito foram determinados de maneira demasiado ampla, e portanto o conjunto dos indicadores representa melhor a realização do programa.

As principais realizações podem ser consideradas: no campo de demandas legais: Criação da Lei Geral das MPEs e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. No campo da desburocratização: Diminuição custos abertura de empresas, Sistema Integrado de Licenciamento e Atende-Fácil. No campo de apoio ao desenvolvimento de negócios: Diagnóstico das empresas da cidade, criação Espaço Investe São Caetano, incubadora de TI&C, palestras e apoio continuado aos MEIs. No campo da formalização: prospecção de empreendedores e formalização do MEI. No campo da capacitação: capacitações presenciais e capacitações elearning. No campo de recursos: Banco do Povo Paulista e informações BNDES e Nossa Caixa Desenvolvimento. No campo de acesso a mercados: Rodadas de Negócios Bimestrais e Portal Investe São Caetano do Sul.

Todos os riscos recorrentes estão detalhadamente citados nos PSR anteriores. Contudo, houveram 02 riscos mais impactantes: (i) Dificuldade para formação de equipe gestora do projeto (alterações dos quadros da secretaria e dificuldade de pessoal operacional capacitado e orientado para a gestão do projeto). Este foi mitigado pela contratação de consultor externo para apoio à coordenação. Contudo, sua execução ficou muito dependente da atuação do consultor, que não conseguiu formar uma equipe única até o final do convênio. (ii) Falta de apoio das altas instâncias da administração municipal para com o projeto. O risco foi superado pela forte atuação da equipe do convênio e da Secretaria para busca dos objetivos, e na abertura e liberdade dada pelo Prefeito da cidade para a execução dos trabalhos.

Alguns comportamentos foram realizados pela equipe do programa, para manutenção da sustentabilidade das ações no pós-programa. Foram elas: (i) registro detalhado da implantação e operação das ações em relatórios

São Caetano do Sul – SP, 15 de janeiro de 2012.

  
Deolinda Aparecida Parra  
Coordenadora Técnica

sistematizados (RN's), (ii) monitoramento constante dos gastos e avanços do programa, (iii) ações serem amparadas por leis, decretos, manuais e normativas, e (iv) ações serem financeiramente absorvidas pelo orçamento da Secretaria de Desenvolvimento.

## **2. Principais Políticas Contábeis**

- **Base de Contabilidade**

As demonstrações financeiras do programa foram elaboradas sobre a base contábil de caixa, registrando-se as receitas quando do recebimento dos recursos dos fundos e reconhecendo-se as despesas quando efetivamente desembolsadas. Esta prática contábil difere das NICSP, segundo as quais as transações devem ser registradas na medida em que incorrerem, e não quando de seu pagamento. No entanto, as NICSP foram aplicadas para essas circunstâncias, conforme previsto no capítulo "IPSAS base de caixa – Relatórios Financeiros com base na contabilidade de caixa".

- **Unidade Monetária (Dados sobre a Conversão de Moedas)**

Os registros contábeis do Programa são mantidos em reais, porém são passíveis de conversão para dólares dos Estados Unidos, de acordo com os requisitos do BID. Para o cálculo da equivalência em dólares dos Estados Unidos da América, do dinheiro recebido em moeda nacional na conta específica do banco comercial, utiliza-se o tipo de câmbio de compra divulgada pelo Banco Central do Brasil vigente no momento do recebimento desses recursos. E, para conversão das despesas utiliza-se a data do pagamento.

- **Resultado de variação cambial**

Ganhos e perdas não realizados resultantes de mudanças nas taxas de câmbio de moedas estrangeiras não são fluxos de caixa, de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis no Brasil e em consonância com as normas internacionais. Todavia, o efeito das mudanças nas taxas de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa, mantidos ou devidos em moeda estrangeira, é apresentado na demonstração dos fluxos de caixa, a fim de conciliar o caixa e equivalentes de caixa no começo e no fim do período.

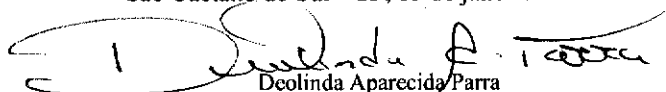
## **3. Fundo Disponível**

O Fundo Rotativo está pendente de justificativa e corresponde ao total de US\$11.876,53, demonstrado no LMS-1. Este total já foi devolvido, porém ainda não registrado no sistema do BID conforme conciliado no item 3.3.

### **3.1 Reposições ou Justificativas Pendentes de Registro no Sistema BID**

Em 15/01/2012 há um total de US\$12.155,56 de recursos devolvidos ao BID para encerrar os recursos e a conta específica contendo recursos do Fundo Rotativo,

São Caetano do Sul – SP, 15 de janeiro de 2012.

  
Deolinda Aparecida Parra  
Coordenadora Técnica

assim o total do Fundo Rotativo foi justificado, porém está pendente de registro no BID. Este total foi repassado em 23/12/2011, conforme extrato bancário.

### 3.2 Fundos Utilizados Pendentes de Justificação ao BID

Em 15/01/2012, há um total de US\$4.484,41, correspondente a duas despesas pagas com recursos do fundo rotativo, porém ainda não justificada ao BID. Tais valores serão apresentados como recursos do aporte local, uma vez que representam sobras dos rendimentos de aplicação financeira e que não há valores adicionais a serem justificados como fundo rotativo e, portanto não devendo ser reembolsado pelo BID.

### 3.3 Fundo Rotativo

Não há saldo na conta bancária específica para movimentação do fundo rotativo. O total remanescente, equivalente a US\$12.155,56 foi devolvido ao BID em 23/12/2011, porém está pendente de registro no LMS-1. Este total é suficiente para justificar o Fundo Rotativo considerando pendente de acordo com o LMS 1 em 15/01/2012.

A conciliação do Fundo Rotativo está a seguir:

Nº DA OPERAÇÃO: ATN/ME-10635-BR

MUTUÁRIO / ENTIDADE EXECUTORA: Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul

EM 15/01/2012	Em US\$
I. <u>SALDO EM CONTA BANCÁRIA</u>	<u>Montante</u>
Banco do Brasil	Corrente e Aplicação
Agência: 322-0	-
Conta: 56362-5	-
	Cotação do dia 15/01/2012
	-
II. <u>REPOSIÇÕES OU JUSTIFICATIVAS PENDENTES DE REGISTRO</u>	
Devolução apresentada ao BID, porém não registradas no sistema BID (LMS-1) em 23/12/2011 (taxa utilizada de 1,8554)	12.155,86
<b>SUBTOTAL II.</b>	<b>12.155,86</b>
III. <u>FUNDOS UTILIZADOS PENDENTES DE JUSTIFICAÇÃO AO BID</u>	
Despesas a serem justificadas na solicitação de desembolso seguinte como aporte local, mas com recursos provenientes de rendimentos de aplicação financeira	4.484,41
	<b>4.484,41</b>
IV. <u>SUB-TOTAL (I + II + III)</u>	<u>16.640,27</u>
V. <u>SALDO DO FUNDO ROTATIVO SEGUNDO LMS-1</u>	<u>11.876,53</u>
VI. <u>DIFERENÇA (IV - V)</u>	<u>4.763,74</u>

São Caetano do Sul - SP, 15 de janeiro de 2012.

  
Deolinda Aparecida Parra  
Coordenadora Técnica



	US\$
(a) Rendimento Aplicação	8.915,86
(b) Tarifas bancárias	(350,37)
(c) Perda Cambial apurado pela conversão em 15/01/2012	(3.801,75)
<b>Saldo conciliado</b>	<b>4.763,74</b>

O total de rendimentos de aplicação financeira foi suficiente para suportar a perda cambial apurada ao final do projeto.

#### 4. Fundos de Contrapartida Nacional

De um total de US\$787.450 orçados, até 15/01/2012 o montante total do Aporte Local gasto como contrapartida foi de US\$787.620, sendo esta totalidade apresentada nas Solicitações de Desembolso apresentadas ao BID, mas não considerando o total de US\$4.484,41, mencionado no item anterior.

O total de recursos da contrapartida está de acordo com o evidenciado na Demonstração dos Fluxos de Caixa e na Demonstração de Investimentos Acumulados.

Em US\$					
ANO	DEMONSTRADO	MODIFICAÇÃO	TOTAL	EXECUTADO	VARIAÇÃO
(1)	(2)	(3)	(4) = (2)+(3)	(5)	(6) = (5)-(4)
2008 a 2012	787.450	-	787.450	787.620	170
<b>Totais</b>	<b>787.450</b>	<b>-</b>	<b>787.450</b>	<b>787.620</b>	<b>170</b>

#### 5. Categorias de Investimento

##### *Componente 01. Estruturação e Implantação Física da Unidade de Atendimento*

Este componente teve por finalidade prover recursos e garantir condições para a implantação física e logística da Unidade de Atendimento. Para alcançar este objetivo, o Projeto apoiou a adaptação e estruturação física, tecnológica e de pessoal da Unidade de Atendimento, incluindo: i) adaptação da infra-estrutura física da Unidade; ii) disponibilização de mobiliário; iii) disponibilização e instalação de infra-estrutura de Tecnologia, Informação e Comunicação (TIC), incluindo, equipamentos de informática e softwares; iv) apoio à seleção de pessoal, desenvolvimento e implantação de Programa de Capacitação para o atendimento das MiPEs.

A Implantação de uma Unidade Centralizada e Integrada de Atendimento ao Empreendedor tem por objetivo promover um atendimento integrado às MiPEs de São Caetano do Sul, e este objetivo pôde ser alcançado através da designação de recursos humanos capacitados e com atribuições específicas; equipamentos e softwares de TI instalados em um ambiente adaptado para este fim.

São Caetano do Sul – SP, 15 de janeiro de 2012.

  
Deolinda Aparecida Parra  
Coordenadora Técnica

A definição e implantação de infra-estrutura de TIC – Rede adequada permite integração das informações e será alcançado pela aquisição de ativos e passivos de rede.

*Componente 02. Implantação de uma Unidade Única de Atendimento ao Empresário e/ou Empreendedor*

Este componente teve por finalidade desenvolver e estruturar ações que garantam a melhoria das condições técnicas de atendimento e resolutividade das demandas do Empresário e/ou Empreendedor no âmbito do Espaço Empresarial. Este objetivo pôde ser alcançado através do mapeamento, redesenho e sistematização dos processos que compõem o negócio – desenvolvimento econômico e empresarial de São Caetano do Sul.

O mapeamento e documentação dos processos de atendimento ao foram realizados através do levantamento dos processos administrativos, e do seu arcabouço legal, da aquisição de software para documentação e atualização continuada dos processos, e da capacitação dos funcionários para sua utilização.

A racionalização e implantação do processo de abertura e registro de empresas com foco no cliente-empresendedor foi realizado no âmbito do processo de abertura e registro de empresas.

*Componente 03. Promoção da Competitividade, Inovação e Desenvolvimento Empresarial das MiPEs*

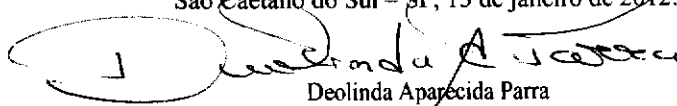
Este componente teve por finalidade conhecer o mercado de São Caetano do Sul (SCS), com a estruturação de uma base de dados das MiPEs incluindo a identificação de suas necessidades na áreas de gestão, competitividade, processo produtivo, tecnologia da informação para facilitar o acesso aos mercados, a novas tecnologias de produção, ao desenvolvimento de planos de negócio e ao assessoramento comercial.

No âmbito deste componente foi mapeada a rede de fornecedores para atendimento às demandas da MiPEs e realizados estudos voltados à simplificação e desburocratização normativa, contábil-financeira e tributária deste segmento, visando o desenvolvimento de uma Política Especial às MiPEs, além da disseminação de informações e práticas inovadoras.

*Componente 04. Consolidação do Modelo de Desenvolvimento Econômico e Empresarial de São Caetano do Sul*

Este componente teve por finalidade a consolidação das iniciativas de promoção do desenvolvimento econômico e empresarial que vem sendo desenvolvidas no âmbito da SEDERT com o apoio de seus agentes parceiros (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, Associação Comercial e Industrial de São Caetano do Sul - ACISCS, Centro das Indústrias do Estado de

São Caetano do Sul – SP, 15 de janeiro de 2012.

  
Deolinda Aparecida Parra  
Coordenadora Técnica

São Paulo - CIESP, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP e Junta Comercial do Estado de São Paulo), sendo composto por dois produtos principais: i) a realização de diagnóstico e elaboração de planejamento para o desenvolvimento de novas vocações econômicas e proposição de Políticas Públicas para o desenvolvimento de novas vocações; ii) o desenvolvimento de Modelo Econômico e Vocações potenciais.

#### *Componente 05. Disseminação e Divulgação da Experiência*

Este componente teve por finalidade apoiar a disseminação do conhecimento gerado com a implantação do Espaço Empresarial, com o financiamento das seguintes atividades: i) implantação de um plano de comunicação e disseminação de informações, produtos disponíveis e casos de sucesso para o grande público e, especialmente, para as MiPEs e agentes parceiros; ii) participação e promoção de encontros empresariais, rodadas de negócios, feiras setoriais, palestras e cursos; iii) elaboração e produção de material de comunicação, disseminação e divulgação.

#### *Administração e Gestão do Projeto*

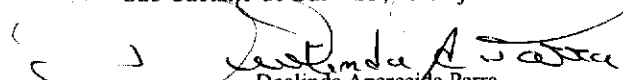
Esta linha de recursos tem por finalidade apoiar a estruturação e manutenção da Unidade de Gestão do Projeto e destinar recursos para o monitoramento, avaliação e auditoria das ações que serão desenvolvidas no âmbito do Espaço Empresarial, para tanto, é composta por três produtos principais: i) estruturação e Operacionalização da Unidade Gestora do Projeto (UGP); ii) levantamento de informações para construção da Linha de Base do Projeto e realização das avaliações intermediária e final; iii) realização das auditorias ao Projeto.

## 6. Categorias de Inversão

Até 15/01/2012, os gastos efetuados com o projeto e já justificados ao BID de acordo com o evidenciado na Demonstração de Investimentos Acumulados estão discriminados a seguir nas categorias de investimento.

CATEGORIAS DE INVERSÃO	Em US\$					
	ORÇAMENTO VIGENTE			DESEMBOLSOS ACUMULADOS		
	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL
1-Estruturação Atende Fácil	62.000,00	590.600,00	652.600,00	61.423,21	604.669,57	666.092,78
2- Implantação Atende Fácil	91.950,00	45.000,00	136.950,00	83.027,61	45.014,59	128.042,20
3- Promoção da Competitividade	253.025,00	80.050,00	333.075,00	252.860,40	80.637,00	333.497,40
4- Desenvol. Econômico Empresarial	196.525,00	15.000,00	211.525,00	195.537,19	15.460,73	210.997,92
5- Disseminação e Divulgação	50.700,00	18.700,00	69.400,00	47.123,64	16.337,63	63.461,27
6- Administração e Gestão	32.100,00	38.100,00	70.200,00	30.575,13	25.500,00	56.075,13
7- Imprevistos	-	-	-	-	-	-
8- Avaliação de Impacto	-	-	-	-	-	-
9- Cluster	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>686.300,00</b>	<b>787.450,00</b>	<b>1.473.750,00</b>	<b>670.547,18</b>	<b>787.619,52</b>	<b>1.458.166,70</b>

São-Caetano do Sul – SP, 15 de janeiro de 2012.

  
Deolinda Aparecida Parra  
Coordenadora Técnica

## 7. Desembolsos Efetuados

O total de US\$682.423,71 de recursos desembolsados do BID/Fumin, registrado no campo "Recursos Recebidos-BID", da Demonstração de Fluxos de Caixa, está conciliado com o total de valores registrados no sumário contábil do Banco (WLMS1) em "Disbursed life".

- a) A seguir estão demonstradas as solicitações e justificativas de desembolsos efetuados durante o programa, relacionadas com seus respectivos desembolsos aprovados:

### i. Solicitações de Desembolsos:

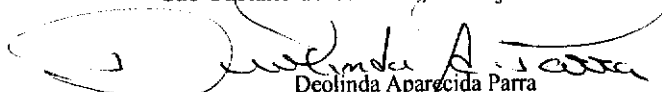
Os valores solicitados ao BID foram aprovados sem glosa.

Nº da Solicitação	LMS number	Tipo	Data de Apresentação	Aprovado		
				BID	Local	Total
2	200824783	ADF	18/09/2008	70.000,00	375.727,54	445.727,54
3	200931632	RRF	29/10/2009	69.915,05	91.435,70	161.350,75
4	200937025	RRF	08/12/2009	54.658,59	4.539,50	59.198,09
5	201002010	RRF	28/01/2010	61.449,81	578,24	62.028,05
6	201016832	RRF	15/06/2010	66.515,95	-	66.515,95
7	201022658	RRF	04/08/2010	61.796,42	48.214,85	110.011,27
8	201028990	RRF	29/09/2010	60.237,05	-	60.237,05
9	201035283	RRF	17/11/2010	64.571,01	79.579,66	144.150,67
10	201040302	RRF	16/12/2010	60.628,97	35.014,59	95.643,56
11	201131970	NPR	14/10/2011	48.386,88	127.029,44	175.416,32
12	201137076	NPR	09/11/2011	48.362,31	-	48.362,31
13	201140897	NPR	02/12/2011	15.901,67	-	15.901,67
14	201200048	AFJ	03/01/2012	58.123,47	25.500,00	83.623,47
TOTAL				740.547,18	787.619,52	1.528.166,70

## 8. Conciliação entre a Demonstração de Fluxos de Caixa e a Demonstração de Investimentos Acumulados:

DESCRIÇÃO	Em US\$		
	BID	LOCAL	TOTAL
Demonstração dos Fluxos de Caixa	687.187,45	787.619,52	1.474.806,97
Demonstrativo de Investimentos	670.547,18	787.619,52	1.458.166,70
Diferença	16.640,27	0,00	16.640,27
Saldo total conciliado	4.763,74	(4.763,74)	0,00
Fundo Rotativo Pendente	11.876,53	4.763,74	16.640,27
Recursos utilizados mas pendentes de justificação com aporte local	-	4.484,41	4.484,41
Recursos devolvidos ao BID, porém ainda não registrados no LMS	11.876,53	279,33	12.155,86

São Caetano do Sul - SP, 15 de janeiro de 2012.

  
Deolinda Aparecida Parra  
Coordenadora Técnica

O total de US\$11.876,53 corresponde ao fundo rotativo evidenciado no LMS1 como pendente de justificativa. Este total está conciliado no item 3 destas Notas Explicativas.

**9. Conciliação do Passivo a Favor do BID**

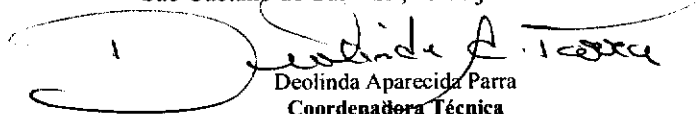
<u>Quadro de conciliação</u>	<u>Em US\$</u>
<b>a) Valores justificados e desembolsados</b>	<b>670.547,18</b>
<b>b) Fundo Rotativo segundo LMS-1</b>	<b>11.876,53</b>
(+) Saldo na conta bancária do projeto	0,00
(+) Fundos utilizados pendentes de justificção	4.484,41
(+) Devolução de Recursos ainda não registrados no I	12.155,86
(-) Diferença conciliada (nota 3)	(4.763,74)
<b>c) Saldo disponível conforme LMS-1</b>	<b>3.876,29</b>
<b>d) Montante total aprovado inicialmente*</b>	<b>686.300,00</b>

**10. Conciliação entre a Demonstração de Investimentos e os Registros do BID (LMS-1) por Categorias de Inversão em 15/01/2012:**

		<u>Em US\$</u>	
<u>Categorias de Inversão</u>	<u>Demonstração de Investimentos</u>	<u>LMS-1</u>	<u>Diferença</u>
1-Estruturação Atende Fácil	61.423,21	61.423,21	-
2- Implantação Atende Fácil	83.027,61	83.027,61	-
3- Promoção da Competitividade	252.860,40	252.860,40	-
4- Desenvol. Econômico Empresarial	195.537,19	195.537,19	-
5- Disseminação e Divulgação	47.123,64	47.123,64	-
6- Administração e Gestão	30.575,13	30.575,13	-
Fundo Rotativo Pendente	-	11.876,53	(11.876,53)
	<b>670.547,18</b>	<b>682.423,71</b>	<b>(11.876,53)</b>

A diferença entre os valores evidenciados na Demonstração de Investimentos Acumulados e os Recursos Desembolsados (*Disbursed Amount*) do LMS-1, corresponde substancialmente ao Fundo Rotativo ainda não justificado, dependendo apenas do registro pelo BID dos recursos devolvidos para justificar este saldo.

São Caetano do Sul – SP, 15 de janeiro de 2012.

  
Deolinda Aparecida Parra  
Coordenadora Técnica

## 11. Comparação do Custo Estimado com o Custo Efetivo em 15/01/2012

Em US\$

Categorias (1)	Variações						
	Custo	Custo	Custo	Atualizado	%	Executado	%
	Contratual (2)	Atualizado (3)	Executado (4)	Contratual (5) = (3)-(2)		Atualizado (6) = (4)-(3)	
1-Estruturação Atende Fácil	652.600	652.600	666.093	-	0%	13.493	2%
2- Implantação Atende Fácil	136.950	136.950	128.042	-	0%	(8.908)	-7%
3- Promoção da Competitividade	333.075	333.075	333.497	-	0%	422	0%
4- Desenvol. Econômico Empresarial	211.525	211.525	210.998	-	0%	(527)	0%
5- Disseminação e Divulgação	69.400	69.400	63.461	-	0%	(5.939)	-9%
6- Administração e Gestão	70.200	70.200	56.075	-	0%	(14.125)	-20%
7- Imprevistos	-	-	-	-	0%	-	0%
8- Avaliação de Impacto	-	-	-	-	0%	-	0%
9- Cluster	-	-	-	-	0%	-	0%
<b>Totais</b>	<b>1.473.750</b>	<b>1.473.750</b>	<b>1.458.167</b>	<b>-</b>	<b>0%</b>	<b>(15.583)</b>	<b>-1%</b>

As variações discriminadas na coluna "Executado Atualizado" estão evidenciadas a seguir pelo total de recursos investidos frente ao orçado atualizado, segregando os totais e as categorias.

Desta maneira, está evidenciado que a fonte BID/Fumin possui um saldo orçamentário de US\$15.753 e a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul ultrapassou o orçado em US\$170.

CATEGORIAS DE INVERSÃO	ORÇADO			REALIZADO			DIFERENÇA		
	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL
1-Estruturação Atende Fácil	62.000	590.600	652.600	61.423	604.670	666.093	(577)	14.070	13.493
2- Implantação Atende Fácil	91.950	45.000	136.950	83.028	45.015	128.042	(8.922)	15	(8.908)
3- Promoção da Competitividade	253.025	80.050	333.075	252.860	80.637	333.497	(165)	587	422
4- Desenvol. Econômico Empresarial	196.525	15.000	211.525	195.537	15.461	210.998	(988)	461	(527)
5- Disseminação e Divulgação	50.700	18.700	69.400	47.124	16.338	63.461	(3.576)	(2.362)	(5.939)
6- Administração e Gestão	32.100	38.100	70.200	30.575	25.500	56.075	(1.525)	(12.600)	(14.125)
<b>TOTAL</b>	<b>686.300</b>	<b>787.450</b>	<b>1.473.750</b>	<b>670.547</b>	<b>787.620</b>	<b>1.458.167</b>	<b>(15.753)</b>	<b>170</b>	<b>(15.583)</b>

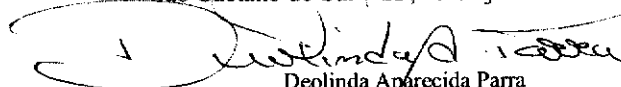
## 12. Aquisições de Bens e Serviços

Os serviços contratados foram fundamentados pela comparação de qualidade técnica dos consultores e condizentes com as regras estabelecidas na carta convênio.

As aquisições de bens para o projeto e os serviços diferentes de consultoria foram prestados por empresas licitadas, de acordo com as normas estabelecidas pelo BID/Fumin.

Os bens adquiridos foram imobilizados no patrimônio da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul e continuam em uso para a unidade Atende Fácil.

São Caetano do Sul - SP, 15 de janeiro de 2012:

  
Deolinda Aparecida Parra  
Coordenadora Técnica

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES  
SOBRE O EXAME INTEGRADO DOS PROCESSOS DE AQUISIÇÕES E SOLICITAÇÕES DE  
DESEMBOLSO APRESENTADAS AO BANCO**

**À:** Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul

**Programa:** Simplificação da Tramitação e dos Serviços de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Caetano do Sul

1. Procedemos à auditoria da Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração de Investimentos Acumulados para o período de 23/10/2007 a 15/01/2012 do Programa Simplificação da Tramitação e dos Serviços de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Caetano do Sul, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento/Fumin e executado pela Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul; e emitimos nossos relatórios correspondentes a estes.

2. Com relação à nossa auditoria, examinamos as Solicitações de Desembolso nº 1 a 14 e os processos de aquisições de bens e contratação de serviços, efetuados pela Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, executora, durante o período mencionado. O exame incluiu a verificação da razoabilidade destes e a validade e elegibilidade das despesas submetidas por meio de justificativas de desembolso do referido período.

3. Realizamos nossa auditoria de acordo com as Normas Brasileiras de Auditoria, as quais são compatíveis com as Normas Internacionais de Auditoria, emitidas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC), e com os requisitos do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Essas normas requerem que planejemos e executemos a auditoria para que se obtenha uma certeza razoável de que o executor cumpriu as disposições a Carta-Convênio ATN/ME-10635-BR.

4. A auditoria realizada incluiu o exame, baseado em provas seletivas da evidência que respalda os processos de seleção e contratação de bens, obras e serviços, e os valores e as informações referentes às solicitações de desembolso apresentadas, que fazem parte da demonstração de recursos recebidos e desembolsos efetuados, bem como de investimentos acumulados referentes ao período examinado.

5. Em nossa opinião, os processos de aquisições e contratação de bens e serviços foram realizados em conformidade com as normas aplicáveis, e a documentação comprobatória das despesas efetuadas correspondentes às solicitações de desembolso do período sob exame foram razoavelmente apresentadas e estão representadas por despesas válidas e elegíveis para o projeto.

26 de janeiro de 2012.

  
José Humberto da Cruz Cunha  
Auditor - CRC-DF: 16458/O2

**Demonstrativo das Solicitações de Desembolso**  
**Período: 23/10/2007 a 15/01/2012**

Nº da Solicitação	LMS number	Tipo	Data de Apresentação	Aprovado			Examinado pela Auditoria			Valores			Examinado pela Auditoria			Percentual		
				BID	Local	Total	BID	Local	Total	BID	Local	Total	BID	Local	Total	BID	Local	Total
2	200824783	ADF	18/09/2008	70.000,00	375.727,54	445.727,54	-	375.727,54	375.727,54	-	375.727,54	375.727,54	0%	100%	84%	0%	100%	84%
3	200931632	RRF	29/10/2009	69.915,05	91.435,70	161.350,75	39.010,61	25.179,07	64.189,68	39.010,61	25.179,07	64.189,68	56%	28%	40%	56%	28%	40%
4	200937025	RRF	08/12/2009	54.658,59	4.539,50	59.198,09	28.705,08	3.700,09	32.405,18	28.705,08	3.700,09	32.405,18	53%	82%	55%	53%	82%	55%
5	201002010	RRF	28/01/2010	61.449,81	578,24	62.028,05	27.921,60	-	27.921,60	27.921,60	-	27.921,60	45%	0%	45%	45%	0%	45%
6	201016832	RRF	15/06/2010	66.515,95	-	66.515,95	39.126,24	-	39.126,24	39.126,24	-	39.126,24	59%	0%	59%	59%	0%	59%
7	201022658	RRF	04/08/2010	61.796,42	48.214,85	110.011,27	37.784,90	40.644,30	78.429,20	37.784,90	40.644,30	78.429,20	61%	84%	71%	61%	84%	71%
8	201028990	RRF	29/09/2010	60.237,05	-	60.237,05	6.782,27	-	6.782,27	6.782,27	-	6.782,27	11%	-	11%	11%	-	11%
9	201035283	RRF	17/11/2010	64.571,01	79.579,66	144.150,67	6.075,92	27.171,34	33.247,25	6.075,92	27.171,34	33.247,25	9%	34%	23%	9%	34%	23%
10	201040302	RRF	16/12/2010	60.628,97	35.014,59	95.643,56	29.205,07	-	29.205,07	29.205,07	-	29.205,07	48%	0%	31%	48%	0%	31%
11	201131970	NPR	14/10/2011	48.386,88	127.029,44	175.416,32	48.386,88	6.669,12	55.056,00	48.386,88	6.669,12	55.056,00	100%	5%	31%	100%	5%	31%
12	201137076	NPR	09/11/2011	48.362,31	-	48.362,31	45.968,82	-	45.968,82	45.968,82	-	45.968,82	95%	-	95%	95%	-	95%
13	201140897	NPR	02/12/2011	15.901,67	-	15.901,67	4.502,73	-	4.502,73	4.502,73	-	4.502,73	28%	-	28%	28%	-	28%
14	201200048	AFJ	03/01/2012	58.123,47	25.500,00	83.623,47	46.838,33	-	46.838,33	46.838,33	-	46.838,33	81%	0%	56%	81%	0%	56%
<b>TOTAL</b>				<b>740.547,18</b>	<b>787.619,52</b>	<b>1.528.166,70</b>	<b>360.308,45</b>	<b>479.091,46</b>	<b>839.399,90</b>	<b>360.308,45</b>	<b>479.091,46</b>	<b>839.399,90</b>	<b>49%</b>	<b>61%</b>	<b>55%</b>	<b>49%</b>	<b>61%</b>	<b>55%</b>





## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS CONTÁBIL E FINANCEIRAS DA CARTA CONVÊNIO**

**À:** Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul

**Programa:** Simplificação da Tramitação e dos Serviços de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Caetano do Sul

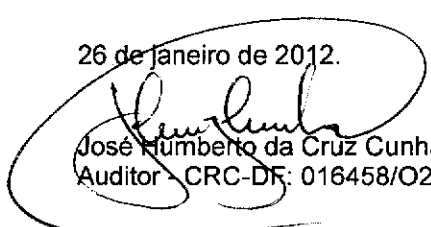
Realizamos a auditoria da Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração de Investimentos Acumulados para o período de 23/10/2007 a 15/01/2012 do Programa Simplificação da Tramitação e dos Serviços de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Caetano do Sul, financiado com recursos do BID/Fumin, executado pela Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, e emitimos nossos respectivos relatórios sobre estes, na presente data.

Em conexão com nossa auditoria, examinamos o cumprimento das cláusulas e dos artigos contratuais de caráter contábil e financeiro estabelecidos na Carta Convênio referente à Cooperação Técnica Não-Reembolsável ATN/ME-10635-BR aplicáveis ao período do projeto e findo em 15/01/2012. Examinamos as Disposições Financeiras deste acordo, descritas nas Cláusulas do Convênio nºs 4, 7, 9 e 10 e as Normas Gerais descritas nos artigos nºs 4, 7 (alínea "b", inciso "i", "ii" e "iii"), 10 (alíneas "c" e "d") e artigo nº 12.

Realizamos nossa auditoria em conformidade com as Normas Brasileiras de Auditoria, compatíveis com as Normas Internacionais de Auditoria e os requerimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Essas normas exigem o devido planejamento e realização da auditoria para obtermos uma segurança razoável de que o executor cumpriu as cláusulas pertinentes do contrato de empréstimo e as leis e os regulamentos aplicáveis. A auditoria inclui o exame, baseado em provas, da evidência apropriada. Consideramos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar a nossa opinião.

Em nossa opinião, durante o período do projeto até 15/01/2012, a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul cumpriu, em todos os seus aspectos substanciais as cláusulas contratuais de caráter contábil e financeiro estabelecidas na Carta Convênio ATN/ME-10635-BR, referente à Cooperação Técnica Não-Reembolsável para o Programa Simplificação da Tramitação e dos Serviços de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Caetano do Sul e as leis e os regulamentos aplicáveis.

26 de janeiro de 2012.



José Humberto da Cruz Cunha  
Auditor - CRC-DF: 016458/O2

## Disposições Especiais:

Parágrafo	Descrição	Forma de Cumprimento	Forma de Cumprimento
4ª	Reembolso de Despesas a Débito da Contribuição	Com a concordância do BID/FUMIN, os recursos da Contribuição poderão ser utilizados para reembolsar despesas efetuadas ou financiar as que se efetuem como o Programa a partir de 23/10/07 até a data do presente Convênio, desde que se tenham cumprido requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos neste instrumento. <b>Data da Carta-convênio: 20/02/2008</b>	<b>Cumpriu.</b>  A auditoria verificou que não há gastos anteriores à assinatura da Carta-convênio. As despesas ocorrem após o mês de março de 2009.
7ª	Custo total do Programa e Recursos Adicionais	(a) O beneficiário compromete-se a efetuar oportunamente, as contribuições adicionais à Contribuição, doravante denominadas "Aporte", como contribuições adicionais à Contribuição, para plena e ininterrupta execução do Programa. O total da contrapartida local é estimado no equivalente a US\$787.450, sendo pelo menos 50% do mesmo em espécie, de maneira a completar a quantia equivalente a US\$1.527.450, em que se estima o custo total do Programa, sem que estas estimativas reduzam a obrigação do Beneficiário de aportar recursos adicionais requeridos para complementar o Programa. (b) O aporte do Beneficiário será destinado a financiar as respectivas categorias estabelecidas no orçamento do Programa que Consta no Anexo Único.	<b>Cumpriu</b>  (a) A beneficiária investiu US\$787.619, 100% do inicialmente previsto. A auditoria examinou a documentação suporte para 34,09% dos itens, porém correspondentes a US\$479mil (60,82%). A amostragem considerou todos os desembolsos (BID e LOCAL), dividindo em estratos até US\$1mil e acima deste total, considerando o desvio padrão de cada estrato e um erro tolerável de US\$2mil para valores acima de US\$1mil e US\$200 para valores até US\$1mil, com nível de confiança de 95%. (b) Para tais valores analisados, a auditoria observou sua existência e ocorrência, considerando os documentos suportes como válidos e consistentes, com a descrição das despesas compatíveis com os objetivos do projeto e adequadas às categorias nas quais foram lançadas.
9ª	Reconhecimento de Despesas a Débito do Aporte	O Banco poderá reconhecer, como parte do Aporte, as despesas efetuadas no Programa a partir da Data de Aprovação mencionada no Quadro Resumo do Anexo Único e até a data do presente Convênio, desde que se tenham cumprido requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos neste instrumento. <b>Data da Carta-convênio: 20/02/2008</b>	<b>Cumpriu.</b>  A auditoria verificou os cálculos de rateio da planilha de construção do prédio Atende Fácil e considerou consistente o critério de 20% de alocação dos custos de construção ao projeto pelo tamanho da estrutura que a UGP e Atende Fácil empresarial ocupam. Estes valores foram informados na solicitação de desembolso 02, quando houve efetivamente o Adiantamento do Fundo Rotativo.
10	Uso da Contribuição	Os recursos da Contribuição somente poderão ser utilizados para aquisições de bens e o pagamento de serviços de países membros do Banco.	<b>Cumpriu.</b>  Todos os gastos com recursos da Contribuição foram para pagamento de consultoria e serviços que não consultoria, contratando-se empresas dos países membros do Banco e mediante competição de técnica, os principais produtos de consultoria tiveram sua contratação mediante não objeção do BID. Tais documentos e os respectivos relatórios estão arquivados física e eletronicamente e foram apresentados à auditoria.

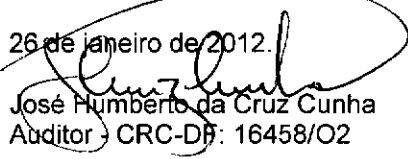
8

## Normas Gerais:

Artigos	Descrição	Descrição da Cláusula	Forma de Cumprimento
4	Despesas a Débito da Contribuição	A Contribuição será destinada exclusivamente para cobrir os itens orçamentários do Programa incluídos no Anexo A. Somente poderão ser lançados a débito da Contribuição as despesas reais e diretas efetuadas para a execução do Programa. Não se poderão lançar despesas indiretas ou serviços de funcionamento geral não incluídos no orçamento do Programa.	<b>Cumpriu</b>  Conforme as prestações de contas (solicitações de desembolsos e justificativas do fundo rotativo) e dos demonstrativos financeiros a executora cumpriu o estabelecido no Anexo A referente às categorias de investimentos. As despesas debitadas correspondem às categorias descritas no orçamento. A auditoria verificou por 53,73% da população de despesas a débito da Contribuição e tais despesas analisadas são elegíveis e estão adequadamente lançadas em suas respectivas categorias.
7 (b) (i) (ii) (iii)	Taxa de Câmbio para despesas efetuadas	(a) A equivalência em dólares de uma despesa que se efetue em moedas conversíveis será calculada aplicando-se, na data do pagamento da respectiva despesa, a taxa de câmbio vigente no mercado. (b) A equivalência em dólares de uma despesa que se efetue em reais ou outras moedas não conversíveis será calculada aplicando-se, na data do pagamento da respectiva despesa, a taxa de câmbio que corresponda ao entendimento vigente entre o Banco e a República Federativa do Brasil, para os efeitos de manter o valor em dólares, dos reais ou outras moedas não conversíveis em poder do Banco. (c) Para os efeitos dos incisos i e ii acima, entende-se que a data de pagamento da despesa é aquela em que o Beneficiário, ou qualquer outra pessoa natural ou jurídica à qual sido delegada a faculdade de efetuar despesas, realize os respectivos pagamentos em favor do consultor, empreiteiro ou fornecedor.	<b>Cumpriu</b>  Confrontamos as taxas de câmbio utilizadas para todas as despesas relacionadas nas prestações de contas encaminhadas ao BID com as cotações divulgadas pelo BACEN e verificamos que estão em conformidade com a taxa de câmbio de compra, não existindo distorção.
10 (c) e (d)	Aquisição de Bens e Serviços Correlatos (d) Utilização dos bens	(c) Quando se usarem outras fontes de financiamento que não forem os recursos do Aporte, o Beneficiário poderá acordar com o financiador o procedimento que deva seguir para aquisições de bens ou serviços. Sem embargo, a solicitação do Banco, o Beneficiário deverá demonstrar a razoabilidade tanto do preço pactuado ou pago pela aquisição de bens e serviços, como das condições financeiras de créditos. O Beneficiário demonstrará, outrossim, que a qualidade dos bens satisfaz os requerimentos técnicos do Programa. (d) Durante a execução do Programa, os bens a que se refere o inciso (a) – bens e serviços adquiridos para finalidade do programa – serão utilizados exclusivamente para a realização do Programa.	<b>Cumpriu.</b>  (c) Não aplicável. O Beneficiário não utilizou outras fontes financeiras de financiamento. (d) Durante a visita, a auditoria constatou que os serviços e bens adquiridos com recursos da Contribuição são utilizados exclusivamente para finalidade do programa conforme previsto na Carta Convênio.
12	Controle Interno e Registros	O beneficiário ou o órgão executor, conforme o caso deverá manter um sistema adequado de controles internos contábeis e administrativos.	<b>Cumpriu</b>

		<p>O sistema contábil deverá estar organizado de forma a conter a documentação necessária para verificar as transações e facilitar a preparação oportuna das demonstrações financeiras e dos relatórios. Os registros do Programa deverão ser mantidos por um período mínimo de 3 anos depois do último desembolso da Contribuição de modo a: (a) permitir a identificação das quantias recebidas das diferentes fontes; (b) consignar, em conformidade com o registro de contas que o Banco tenha aprovado, os investimentos no Programa, tanto com os recursos da Contribuição como com os demais recursos que sejam necessários para a sua total execução; (c) conter os pormenores necessário para identificação dos bens adquiridos e dos serviços contratados, assim como a utilização dos referidos bens e serviços; e (d) demonstrar o custo dos investimentos em cada categoria e o progresso das obras.</p>	<p>O executor possui arquivada toda documentação suporte em ordem cronológica. Incluindo notas fiscais, recibos, comprovantes de pagamento bancário, contratos e processos de seleção para compras e contratações. O executor utiliza os demonstrativos de gastos e desembolsos para efetuar um controle adicional sobre os valores gastos no projeto. Isto permite que o executor controle o saldo por categoria de investimento a partir do somatório na planilha eletrônica.</p>
--	--	---	---

26 de janeiro de 2012.

  
 José Humberto da Cruz Cunha  
 Auditor - CRC-DF: 16458/O2

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO ASSOCIADO À AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**À:** Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul


**Programa:** Simplificação da Tramitação e dos Serviços de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Caetano do Sul

Realizamos a auditoria da Demonstração dos Fluxos de e a Demonstração de Investimentos Acumulados para o período de 23/10/2007 a 15/01/2012, do Programa Simplificação da Tramitação e dos Serviços de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Caetano do Sul, financiado com recursos do BID/Fumin, Cooperação Técnica Não-Reembolsável ATN/ME-10635-BR e do aporte local da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, executado por esta, e emitimos nossos respectivos relatórios sobre os mesmos.

Este relatório é complementar ao nosso parecer sobre as Demonstrações Financeiras mencionadas.

A Administração do Programa Simplificação da Tramitação e dos Serviços de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Caetano do Sul é responsável por estabelecer e manter um sistema de controle interno suficiente para mitigar os riscos de distorção das informações financeiras e proteger os ativos sob a custódia do programa, incluindo as obras construídas e outros bens adquiridos. Para cumprir com essa responsabilidade, se requer juízos e estimativas da administração para avaliar os benefícios esperados e os custos relativos às políticas e procedimentos do sistema de controle interno. Os objetivos de um sistema de controle interno são fornecer à administração uma segurança razoável, porém não absoluta, de que os ativos estão protegidos contra perdas decorrentes de usos ou disposições não autorizadas, que as transações são realizadas de acordo com as autorizações da administração e os termos do contrato e estão adequadamente registradas para permitir a elaboração de Demonstrações Financeiras confiáveis. Devido às limitações inerentes a qualquer sistema de controle interno, podem ocorrer erros ou irregularidades que não sejam detectados. Além disso, as projeções de qualquer avaliação da estrutura de períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os procedimentos possam mostrar-se inadequados devido a mudanças nas condições, ou que a eficácia do desenho e operação das políticas e dos procedimentos possa se deteriorar.

Ao planejar e desenvolver nossa auditoria das Demonstrações Financeiras do programa referentes ao período findo em 15/01/2012 obteve um entendimento do sistema de controle interno vigente e avaliamos o risco de controle para determinar os procedimentos de auditoria, com o propósito de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do programa, e não para opinar sobre a eficácia do sistema de controle interno, motivo pelo qual não a expressamos.



## **Controle Interno do Programa**

- a) **Organização:** A Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul é uma instituição pública. A equipe responsável pela execução do projeto possui a documentação suporte arquivada de maneira organizada em meio eletrônico e impresso. A entidade possui controle interno e externo a respeito das contas geridas pelo Poder Executivo.

## **Avaliação dos Controles Internos**

- a) Estrutura Organizacional e Sistemas de Informações:
- Existe um departamento de controle interno.
  - O departamento que efetua os pagamentos tem total independência do operacional.
  - Há segregação de funções nas atividades entre os responsáveis pelas contratações e compras e a execução financeira.
  - A coordenação organiza a documentação em pastas para cada projeto (convênio) executado por esta, incluindo conteúdo de resultados e ações, além de informações financeiras.
  - A documentação de contratações e compras está organizada separadamente das despesas, porém permitem a fácil correspondência entre si.
  - A contabilidade é interna, porém possui um departamento segregado dentro da entidade, entretanto as informações financeiras mais tempestivas ficam a cargo da equipe operacional do projeto com responsabilidade do consultor contratado para este propósito.
  - Todos os comprovantes de despesas estão organizados numa pasta específica do projeto em ordem cronológica, permitindo fazer a conciliação com os extratos bancários.

Além dos pontos em destaque citados acima, os principais aspectos verificados e relacionados ao controle interno foram:

- Procedimentos administrativos que regem as atividades e responsabilidades da administração financeira do programa.
- Alçadas, descrições de cargos, número e suficiência de habilidades do pessoal que trabalha nas diferentes áreas de execução do programa.
- Habilidade do executor para manter um quadro de pessoal adequado, em vista das possíveis mudanças da administração.
- Segregação de funções/responsabilidades na administração financeira do programa (atividades de tesouraria, contabilidade e relatórios contábeis).
- Capacidade os responsáveis pelo sistema financeiro para verificar, controlar e acompanhar todas as fontes e usos de recursos relacionados ao programa, incluindo as transações do fundo rotativo relacionado com o financiamento do Banco.

- **Ambiente interno**

- Fixação dos Objetivos e Identificação de Eventos

A estrutura organizacional e os procedimentos utilizados são definidos em legislação, considerando que o executor é administração pública brasileira. Em algumas situações específicas, como retenções de impostos, determinados procedimentos foram



adaptados apenas às normas do BID. Todos os demais procedimentos já atendem as exigências do BID/Fumin.

Há segregação de funções bem definidas na entidade, considerando os responsáveis pelo pagamento e aqueles que fazem as cotações e solicitam a despesa e os que as autorizam.

A entidade possui organização documental adequada em processos por contrato e em ordem cronológica. Também faz referências vinculadas à conta bancária utilizada para pagamento. Toda documentação está arquivada eletronicamente e possui uma pasta para cada processo contendo documentos desde a seleção até os produtos.

As despesas sujeitas ao "contas a pagar" são controladas por um consultor contratado especificamente para organizar a parte financeira. Não há vínculo com a contabilidade própria do executor, porém os relatórios e arquivos de controle interno da Unidade Gestora do Projeto (UGP) possuem toda documentação solicitada.

O próprio consultor contratado é responsável pelas conciliações bancárias e conferências do "contas a pagar".

A auditoria identificou que há compartilhamento harmônico de conhecimentos dentro do departamento administrativo financeiro. Durante o período de execução do projeto houve alteração do coordenador geral (cargo público) e inicialmente o projeto não foi iniciado. Porém com a contratação de um consultor específico a execução foi efetivada.

- **Avaliação de Riscos**

- Resposta aos Riscos

A entidade é de grande porte quanto à quantidade de funcionários e este processo de resposta ao risco se dá com reuniões periódicas de acordo com a necessidade levantada pela coordenação.

Não há uma atividade planejada que busque constantemente avaliar riscos e planejar respostas, como a existência de um departamento de auditoria ou um de controle interno com esta finalidade direcionada para o projeto. Entretanto, tais departamentos acompanham frequentemente a execução financeira verificando sua legalidade, impessoalidade, legitimidade e economicidade.

- **Informação e Comunicação**

A entidade possui um coordenador geral, um coordenador técnico e um consultor que faz o controle dos gastos, contratações e planejamento, necessários para operacionalização do projeto.

As informações financeiras e operacionais são organizadas e controladas em pastas (processos) específicas por contrato, de maneira organizada e permitindo o controle desde a seleção até a entrega dos produtos. Todas as informações de execução do projeto estão documentadas em relatórios.

Há um controle imediato efetuado pela equipe da UGP, tanto operacional (técnico) quanto financeiro e este é independente da emissão de pagamentos e demais movimentações financeiras.

- **Atividades de Controle**

A instituição possui segregação de funções entre as atividades financeiras e as administrativas operacionais.

Há um procedimento padrão para as compras e contratações de acordo com as regras da administração pública brasileira. Geralmente há orçamentos efetuados e aprovados pela coordenação, além do atesto pelo setor jurídico.

A coordenação geral e a administrativa financeira são responsáveis diretas pelo acompanhamento e execução dos contratos.

A entidade possui seus documentos organizados em pastas segregadas por ordem cronológica, distinguindo em documentos de despesas, contratos e procedimentos de seleção, assim como os produtos entregues pelas consultorias contratadas.

A entidade possui controle sobre o saldo de pagamentos dos contratos.

- **Monitoramento**

Não há alçada segregada por departamento, todas as compras são autorizadas pelo coordenador geral.

Há auditoria externa e controle interno atuantes, de acordo com a legislação brasileira aplicável ao poder executivo municipal.

A revisão do Sistema de Controle interno considera a estrutura esperada versus a observada e relaciona os riscos atrelados, com sua classificação em Baixo, Médio ou Alto considerando para tal o grau de um possível problema que possa acontecer em função deste risco ponderado pelo grau de implementação de controles sobre estes considerando que: (α) Controle implementado; (β) Controle implementado, mas pode ser aperfeiçoado; (ε) Ausência do controle esperado.





## MATRIZ DE RISCOS E CONTROLES – COSO

Departamento	R	Riscos	Status
1	R1	Ausência de comprometimento da alta administração em divulgar os objetivos da entidade/do projeto ao pessoal relacionado	Baixo
1	R2	Falta de indicadores e preenchimento dos mesmos periodicamente	Baixo
1	R3	Necessidade de reuniões visando planejar, identificar e mitigar riscos para execução do projeto	Alto
1	R4	Execução de procedimentos e rotinas não padronizados ou em desacordo com o convênio	Baixo
1	R5	Atribuição inadequada dos níveis de autoridade e/ou responsabilidades para as atividades desempenhadas no processamento das transações	Baixo
2	R6	Contratação de pessoal sem as qualificações adequadas para o desempenho das atividades	Baixo
2	R7	Realização de transações críticas de um mesmo processo por um único profissional	Baixo
2	R8	Desembolsos/Compra de bens e serviços que não possua dotação orçamentária	Baixo
2	R9	Compras que não estejam alinhadas aos objetivos do projeto	Baixo
2	R10	Compras em desacordo com os procedimentos acordados no Plano de Aquisições e/ou Convênio	Baixo
2	R11	Pagamentos indevidos ou a maior em função da ausência de controles na gestão de contratos	Baixo
2	R12	Recebimentos (atesto) de bens não solicitados ou em desacordo com o documento de solicitação de compra	Baixo
2	R13	Pagamentos efetuados em condições divergentes ou desfavoráveis das contratadas com o fornecedor	Baixo
2	R14	Possibilidade de registro integral de itens que devam ser objeto de rateio (ex.: diárias, encargos e impostos etc).	Baixo
3	R15	Estrutura de um plano de contas insuficiente para suportar as decisões financeiras e contábeis da entidade	Baixo
3	R16	Lançamentos efetivados como contrapartida do projeto e não lançados no centro de custo contábil do projeto, constando apenas no controle operacional	Baixo
3	R17	Lançamentos contábeis que não refletem as datas efetivas de pagamento (quando utilizado caixa) ou, quando aplicáveis, datas efetivas de competência	Baixo
4	R18	Ausência de controle dos bens móveis e imóveis	Baixo
4	R19	Utilização dos bens para finalidade diversa da prevista no convênio, durante e/ou após o encerramento deste	Baixo

Notas: (1) Estrutura Organizacional; (2) Aquisições e Contratações; (3) Contabilidade; (4) Imobilizado; (5) Controles Adicionais.



C	Controle esperado (C)	COSO		Impl.	Risco	Observações	Recom.
		Ambiente interno	Informação e Comunicação				
C01	A administração disponibiliza claramente a documentação e informativos com os objetivos do projeto aos seus responsáveis e demais pessoas envolvidas na execução, incluindo material sobre ética na entidade.			α	R01	A entidade possui normas internas bem definidas em documentos públicos.	
C02	Confecção de indicadores e atualização de tais informações, as quais devem ser alinhadas a execução operacional e formalização dos resultados do projeto.	Ambiente interno		α	R02	A entidade preenche tempestivamente o PSR - Relatório de Progresso do Projeto. Entretanto há dificuldade de mensuração precisa do aumento de receita em função exclusiva do projeto. Desta maneira a UGP considera que o projeto é parte significativa em função da desburocratização alcançada.	
C03	Reuniões periódicas capazes de planejar e reorganizar o planejamento buscando identificar riscos e ou gargalos na execução operacional e financeira do projeto. Definições claras de anulação, redução, partilha ou aceitação dos riscos.			α	R03	Durante a execução do projeto três pessoas foram os pilares para execução do projeto dentro da UGP. Sendo um responsável pela parte política e outros dois para execução operacional e financeira. A documentação demonstra harmonia entre estes.	
C04	Há políticas e procedimentos operacionais definidos, formalizados e aprovados, abrangendo as atividades englobadas nos processos de: - Execução financeira e Contabilidade - Aquisição de bens e serviços e Contratação de pessoal - Desembolso (execução e pagamento de despesas)	Avaliação de Riscos		α	R04	A entidade executora é um órgão público que possui suas regras estabelecidas em normas. Durante a auditoria foi percebido que o controle interno da entidade é rigoroso.	
C05	Existência de organograma representando formalmente a estrutura organizacional, contemplando definições sobre nível de reporte/hierarquia, delegação de autoridade e responsabilidades respeitando o princípio da segregação de funções e alçadas.	Atividade de Controle		α	R05	A estrutura organizacional é definida em atos normativos públicos.	
C06	Definição formal das competências (conhecimentos e habilidades) necessárias para ocupação dos cargos do Programa, detalhando atribuições e responsabilidades de acordo com o nível hierárquico, assegurando adequação entre o nível de competência definido x a responsabilidade concedida.	Atividade de Controle		α	R06	A entidade executora é um órgão público que possui suas regras estabelecidas em normas.	
C07	Distribuição de atividades críticas da administração financeira do projeto (Contratação/Compras, Tesouraria, Contabilidade e Relatórios Contábeis) entre responsáveis distintos assegurando uma adequada segregação de funções.	Atividade de Controle		α	R07	A instituição possui claramente segregação de funções entre as atividades financeiras e as administrativas operacionais.	
C08	Revisão periódica abrangentes das principais transações, assegurando monitoramento tempestivo e buscando identificar distorções.	Informação e Comunicação		α	R04	O responsável pela organização financeira possui um histórico organizado que permite rastrear todas as informações analisadas. A auditoria solicitou diversas informações como teste e o departamento contábil suprimiu todas com tempestividade adequada, demonstrando conhecimento e facilidade proporcionada pelo software contábil utilizado.	

C	Controle esperado (C)	COSO	Impl.	Risco	Observações	Recom
C09	Pessoa responsável pelo acompanhamento dos contratos e verificação/atualização do Plano de Aquisições com a atribuição de verificar a dotação orçamentária.	Atividade de Controle	α	R06 R08	A coordenadora do projeto é responsável direta pelo acompanhamento e execução dos contratos com supervisão da coordenação.	
C10	Pessoa responsável pela Verificação/Atesto/Conferência dos bens e serviços adquiridos para validar a efetividade e o recebimento destes.	Atividade de Controle	α	R07 R10 R05	Esta conferência é efetuada pelo pessoal que executa diretamente e pelo secretário de finanças da prefeitura antes de efetuar o pagamento.	
C11	Conciliação/Controle dos valores devidos nos contratos, observando o respectivo saldo e mantendo um histórico de data da entrega dos produtos e liberação do pagamento juntos no mesmo sistema ou planilha eletrônica.	Atividade de Controle	α	R09	O consultor contratado especificamente para execução e controle financeiro foi o responsável por este controle.	
C12	Manutenção de arquivo organizado e estruturado de maneira que permita claramente identificar e referenciar os produtos e bens adquiridos com os respectivos documentos fiscais suporte, seus contratos e a comprovação de efetivação dos produtos.	Atividade de Controle	α	R11	A entidade possui seus documentos organizados em pastas segregadas por processo e ordem cronológica, distinguindo em documentos de despesas, contratos e procedimentos de seleção, assim como os produtos entregues pelas consultorias contratadas. Todos os documentos foram digitalizados.	
C13	Verificação periódica dos gastos evidenciados no extrato bancário versus os valores registrados como desembolsos para o projeto (Conciliação); mantendo conciliação entre o saldo bancário e o existente no controle contábil e ou financeiro de contas a pagar/a receber.	Atividade de Controle	α	R12	As conciliações são realizadas com frequência para não efetuar compromissos sem recursos. Entretanto uma conciliação geral (contábil x extrato) foi efetuada apenas ao final do projeto.	
C14	Definição de um plano de contas padrão alinhado com as necessidades operacionais do projeto.	Atividade de Controle	α	R13	A contabilidade foi realizada a parte pela UGP para maior eficiência e controle. Assim a contabilidade da própria não foi utilizada como referência.	
C15	Responsável pela verificação dos valores prestados conta e lançados na contabilidade, assim como sua participação permanente junto ao Banco para verificar a necessidades de correção dos valores apresentados.	Atividade de Controle	α	R15	Este verificação é feita diretamente pela coordenadora do projeto. Porém a diretoria executiva revisa e assina a documentação encaminhada ao Banco.	
C16	Presença de um responsável pela prestação de contas sem rotatividade durante o período auditado (sem troca deste responsável)	Ambiente Interno	α	R14 R15	Houve contratação de um consultor específico para esta finalidade.	
C17	Segregação de função entre o (1) Coordenador operacional do projeto, (2) Pessoa responsável pela elaboração financeira da prestação de contas e (3) Responsável pela autorização de despesas.	Atividade de Controle	α	R14 R15	Segregação definida formalmente e observada pela auditoria nos procedimentos analisados.	



C	Controle esperado (C)	COSO	Impl.	Risco	Observações	Recom
C18	Prática de controle de bens, tais como etiquetas e realização de inventário anual.	Atividade de Controle	$\alpha$	R16	O executor possui os controles adequados. Os bens comprados para o projeto ainda estão sendo utilizados com esta finalidade e foram incorporados ao patrimônio do executor.	
C19	Presença da auditoria interna com independência hierárquica e com trabalhos já realizados sobre os principais departamentos relacionados ao projeto (financeiro e contábil).	Atividade de Controle	$\alpha$	R19	Há um departamento específico de controle e interno e também tribunal de contas externo que realiza constantemente trabalhos sobre as contas do executor como um todo. Especificamente para o projeto, tais unidades de controle fizeram um processo para verificar os procedimentos de uso da conta de fundo rotativo e execução do projeto.	

**Notas:**

$\alpha$  Controle implementado;

$\beta$  Controle implementado, mas pode ser aperfeiçoado;

$\epsilon$  Ausência do controle esperado.

Não há recomendações a serem apontadas.

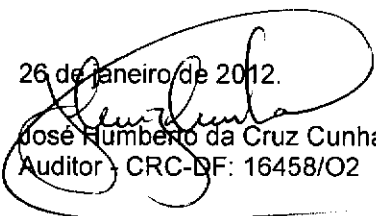


Quanto aos resultados das ações executadas, a auditoria verificou a comprovação dos serviços de consultoria contratados para estudo da viabilidade proposto na carta convênio, assim como da efetivação dos serviços que não são de consultoria. O executor possui relatórios para cada indicador de resultado.

Não identificamos aspectos relacionados ao sistema de controle interno e sua operação os quais consideramos condições que merecem ser informadas como ressalva, em conformidade com as normas internacionais de auditoria. Incluindo assuntos que se refere às deficiências importantes na concepção ou operação do sistema de controle interno, que em nossa opinião poderiam afetar adversamente a capacidade do referido programa para registrar, processar, resumir e apresentar informações financeiras de forma coerente com as afirmações da administração nas demonstrações de fundos recebidos e de desembolsos efetuados, bem como de investimentos acumulados.

Nossa consideração do sistema de controle interno não expõe, necessariamente, todos os assuntos do referido sistema que poderiam ser consideradas deficiências significativas e, por conseguinte, não deve expor, necessariamente, todas as condições a serem informadas que poderiam ser consideradas deficiências significativas, em conformidade com a definição anterior.

26 de janeiro de 2012.



José Humberto da Cruz Cunha  
Auditor - CRC-BF: 16458/O2